



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2014

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações deliberadas em Assembleia Geral Anual de 31 de março de 2008, conjugado com os artigos 420.º, 451.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força das competências previstas no disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime do Sector Empresarial do Estado, vem o Conselho Fiscal emitir o Relatório anual e Parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas de 2014 elaborado e submetido pelo Conselho de Administração da APA, SA.

O Conselho Fiscal foi recentemente designado através de Deliberação Unânime por Escrito, de 09.03.2015, sendo esta a primeira ação fiscalizadora que exerce sobre a Sociedade. Por conseguinte, os membros do Conselho Fiscal aproveitam o ensejo para transmitir que constitui uma honra o exercício de funções na APA, instituição de referência e de grande interesse para a economia do País.

Para a elaboração do presente Relatório e Parecer, o Conselho de Administração prestou ao Conselho Fiscal a informação e os esclarecimentos necessários, sendo de realçar a colaboração da Direção Financeira da Sociedade na disponibilização de informação documental, contabilística, de gestão e demais esclarecimentos obtidos do Revisor Oficial de Contas (ROC).

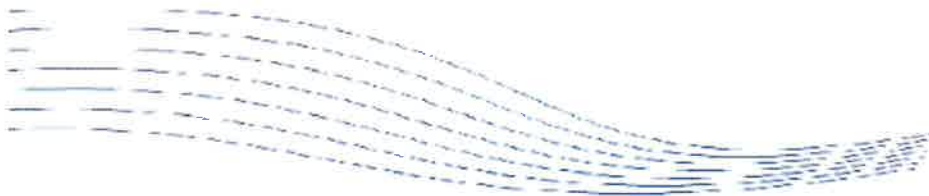
Globalmente, o Relatório e Contas Consolidadas de 2014 foi elaborado nos termos das Instruções difundidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do ofício-circular n.º 1211, de 27 de fevereiro de 2015, em conformidade com as normas legais vigentes, tendo igualmente sido cumprido o estabelecido no n.º 1 do artigo 54.º Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo à apresentação de informação sobre as boas práticas de governo societário.



1. Relativamente à atividade operacional, o Conselho entende dever salientar os seguintes aspetos:

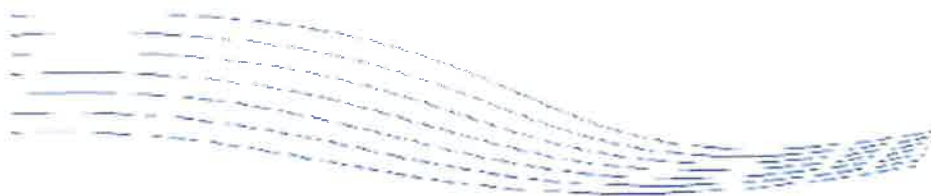
- No ano de 2014, o movimento de mercadorias do grupo situou-se em 6.649 mil toneladas, refletindo um aumento de 8,91%, em relação ao ano 2013 (6.105 mil toneladas), e destacando-se o contributo da APA, SA, com 4.496 mil toneladas (68%);
- Relativamente ao movimento de navios nos portos do Grupo, verificou-se um acréscimo de 4,23%, contabilizando-se 1.502 navios em 2014 contra 1.441 navios em 2013. Quanto à arqueação bruta total (GT) dos navios também se verificou um aumento, tendo passado de 5.397.706 GT em 2013 para 5.977.420 GT em 2014, o que correspondeu a um acréscimo de 10,74%;
- O Resultado Operacional consolidado alcançado, em 2014, foi de 3.063 mil euros, o que representa um aumento de 2.571 mil euros em relação ao ano anterior, justificado essencialmente pela reversão da imparidade da dívida da Docapesca – Portos e Lotas, SA., de cerca de 3.163 mil euros;
- O Resultado Antes de Impostos consolidado apurado foi de 3.156 mil euros, o que representa um aumento de 2.597 mil euros relativamente a 2013, cuja justificação foi a anteriormente apresentada para a evolução do resultado operacional;
- O Resultado Líquido consolidado obtido pelo Grupo, em 2014, foi de 3.079 mil euros, representando um aumento de cerca de 2.544 mil euros face ao registado em 2013.

2. Da análise efetuada, no âmbito das orientações difundidas pela DGTF, em cumprimento das orientações legais, o Conselho Fiscal entende dever salientar o seguinte:



- As contas consolidadas evidenciam, em 2014, um EBITDA positivo, mas não foram reduzidos os encargos com os gastos operacionais, o que é justificado pela execução de dragagens de manutenção, no montante de 3.341 mil euros, conforme previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2014 para o triénio 2014-2016, aprovado em Assembleia Geral de 2 de junho de 2014, com a seguinte repartição de encargos: 2.468 mil euros realizados pela APA e 873 mil euros executados pela APFF;
- Apesar da evolução dos gastos operacionais, verificou-se uma diminuição dos encargos com pessoal (1,4%), com comunicações (1,9%) e com deslocações e estadas (9,5%), em relação ao ano 2013;
- Não foram atribuídos prémios de gestão aos membros dos órgãos sociais, em cumprimento do estatuído no artigo 41.º da LOE/2014; foi aplicada a redução remuneratória de 5%, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho; foi dispensado o cumprimento da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 33.º da LOE/2014, a coberto da exceção prevista no n.º 13 do mesmo preceito, em virtude daquela medida conduzir a um decréscimo das receitas¹.
- Em 2014, o número de viaturas afetas ao Grupo manteve-se em 35, mas ainda assim a despesa com a manutenção das mesmas reduziu cerca de 8%, em relação ao ano 2013.
- A APA, SA e a APFF, SA, em 2014, não foram dispensadas do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, em virtude da ausência de sancionamento previsto para o efeito no n.º 4 do artigo 123.º da LOE/2014.

¹ Despachos de S.E. o Secretário de Estado da Administração Pública, de 5 de junho de 2013, e de S.E. o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 7 de junho de 2013.



- As contas do grupo refletem o cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º da LOE/2014, verificando-se uma redução de 7,24% do passivo remunerado, em relação ao ano 2013.
- Quanto ao Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores, calculado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações aprovadas pelo Despacho n.º 9870/2009, publicado em 13 de abril, foi apurado o prazo de 28 dias², tendo sido cumprido o objetivo definido, inferior a 30 dias.

Em 31 de dezembro de 2014, o grupo não possuía faturas vencidas e não pagas há mais de 90 dias.

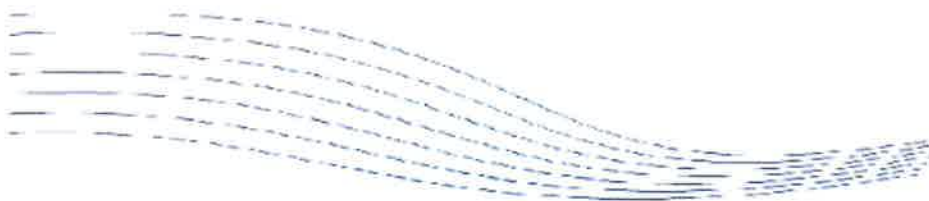
Conclusão

Os documentos de prestação das contas consolidadas da APA, SA foram auditados pelo ROC que emitiu a Certificação Legal das Contas, em 18 de maio de 2015, nos termos do n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais, com cujo teor este Órgão expressa a sua concordância e que faz parte integrante do presente relatório.

Com efeito, a opinião do ROC, expressa na Certificação Legal das Contas Consolidadas, foi de que *“(...) as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.”*

² Foram excluídas do cálculo do PMP duas faturas datadas de dezembro de 2014, cujo pagamento foi efetuado em janeiro de 2015.


93
7




Face ao que precede e atenta a opinião expressa na Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal é de parecer que seja aprovado o Relatório e Contas Consolidadas relativo a 2014, apresentado pelo Conselho de Administração da APA, SA.

Lisboa, de 18 de maio de 2015

A Presidente do Conselho Fiscal,


Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares

As Vogais do Conselho Fiscal,


Maria Gabriela Nunes Mendes Campos


Rita Maria Góis de Carvalho



Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 385.516.379 euros e um total de capital próprio de 306.276.080 euros, o qual inclui um resultado líquido de 3.079.323 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

HM

OS
97

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

18 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.





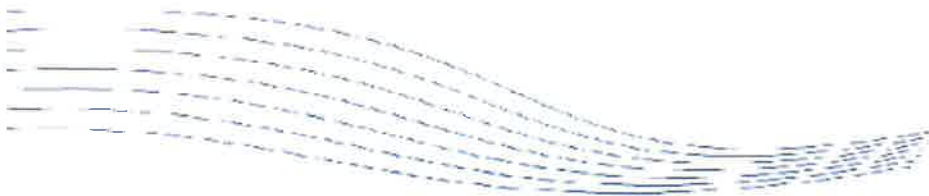
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE
O RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS DE 2014

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações deliberadas em Assembleia Geral Anual de 31 de março de 2008, conjugado com os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais, e ainda por força das competências previstas no disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime do Sector Empresarial do Estado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual e Parecer sobre o Relatório e Contas Individuais da APA, SA, relativo ao ano de 2014 elaborado e submetido pelo Conselho de Administração da APA, SA.

O Conselho Fiscal foi recentemente designado através de Deliberação Unânime por Escrito, de 09.03.2015, sendo esta a primeira ação fiscalizadora que exerce sobre a Sociedade. Por conseguinte, os membros do Conselho Fiscal aproveitam o ensejo para transmitir que constitui uma honra o exercício de funções na APA, instituição de referência e de grande interesse para a economia do País.

Para a elaboração do presente Relatório e Parecer, o Conselho de Administração prestou ao Conselho Fiscal a informação e os esclarecimentos necessários, sendo de realçar a colaboração da Direção Financeira da Sociedade na disponibilização de informação documental, contabilística, de gestão e demais esclarecimentos obtidos do Revisor Oficial de Contas (ROC).

Globalmente, o Relatório e Contas Individuais de 2014 foi elaborado nos termos das Instruções difundidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do ofício-circular n.º 1211, de 27 de fevereiro de 2015, em conformidade com as normas legais vigentes, tendo igualmente sido cumprido o estabelecido no n.º 1 do artigo 54.º Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo à apresentação de informação sobre as boas práticas de governo societário.



O Presente Relatório tem a seguinte estrutura:

1. Apreciação do Relatório e Contas 2014 da APA
2. Avaliação do Cumprimento das Instruções Emanadas pelo Acionista
3. Governo Societário e Avaliação de Desempenho
4. Conclusão

1. Apreciação do Relatório e Contas 2014 da APA

a) Atividade operacional

- Em 2014, o movimento de mercadorias totalizou 4.496 mil toneladas, registando-se, assim, uma variação positiva de (13,15 %) em relação ao registado em 2013 (3.974 mil toneladas), em resultado do aumento generalizado do movimento de todas as mercadorias, com maior incidência dos granéis sólidos, com uma variação positiva de 18,59% (cerca de 256 mil toneladas);
- O aumento de 13,15% do total de mercadorias movimentadas reflete a subida do volume das exportações, na ordem dos 16,05%, e das importações, de cerca de 10,25%, representando cerca de 51,22% e 48,78%, respetivamente.
- Em 2014, o movimento total foi de 974 navios, a que corresponde uma arqueação bruta total de 4.290.175 GT, traduzindo uma subida do número de navios (7,27%) e uma evolução positiva de cerca de 14,30% no GT, correspondendo a uma melhoria de 6,56% da arqueação média dos navios, em relação ao ano 2013.

b) Investimento

Neste âmbito, verificou-se um nível de execução inferior ao previsto no Plano de Atividade e Orçamento da APA para 2014, que previa a realização de investimento, de cerca de 11.993 mil euros (excluindo 3.391 mil euros de encargos com projetos relevados em Fornecimentos e Serviços Externos), tendo sido executado o valor de 706 mil euros, financiado por fundos comunitários (279 mil euros) e por fundos da APA (427 mil euros). Neste domínio destaca-se a



conclusão do projeto Melhoria das Acessibilidades Marítimas, com vista “a aumentar a dimensão dos navios que podem escalar o porto e reforçar as condições de segurança na realização das suas manobras de entrada e saída do porto”, cujo encargo ascendeu a 466 mil euros.

Refira-se ainda que os investimentos superiores a 5% do capital social estão sujeitos a autorização prévia do acionista, a qual foi obtida através de Deliberação Social Unanime por Escrito, em 22 de janeiro de 2015, para o projeto “Melhoria das condições operacionais e reforço dos interfaces ferroviários dos terminais de graneis líquidos e sólidos do porto de Aveiro”, no montante global de 3.357 mil euros.

c) Financiamento

- O passivo remunerado da APA, a 31 de dezembro de 2014, ascendeu a 18.634 mil euros, representando um decréscimo de 7,24% face ao ano anterior, em virtude de terem sido reembolsados, no valor total de 1.453 mil euros, empréstimos de médio e longo prazo concedidos pelo BEI (1.190 mil euros) e BPI/BCP (263 mil euros), em conformidade com o previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2014, situação que concorreu para o cumprimento do limite máximo de endividamento estabelecido na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE/2014), de 4%.

d) Resultados

- O Resultado Operacional da APA, em 2014, foi de 3.085 mil euros, o que representa um aumento de 2.575 mil euros em relação ao ano anterior, tendo contribuído favoravelmente para este desempenho a reversão da imparidade da dívida da Docapesca – Portos e Lotas, SA., de cerca de 2.900 mil euros, e a valorização do investimento que a empresa detém na sua subsidiária APFF, SA, através da aplicação do método da equivalência patrimonial, tendo em 2013 sido reconhecido um gasto de 1.361 mil euros, enquanto que em 2014 foi apurado um lucro de cerca de 186 mil euros.

Em sentido contrário, verificou-se um agravamento dos gastos operacionais no valor de 2.500 mil euros, relevado em Fornecimentos e Serviços Externos, resultante da realização de uma dragagem de manutenção que integra o plano de intervenções de acessibilidade marítima aprovado em Assembleia Geral de 2 de junho de 2014 (Plano de Atividades e Orçamento de 2014), no montante de 2.468 mil euros.

Ainda com impacto negativo no resultado, no valor de 223 mil euros, verificou-se a redução cumulativa de 60% dos rendimentos operacionais provenientes da exploração portuária decorrentes da extinção da TUP-Carga, conforme as orientações de 2013, da Tutela Sectorial.

- Nesta conformidade, a APA obteve um Resultado Antes de Imposto de 3.154 mil euros e um Resultado Líquido de 3.079 mil euros, traduzindo uma variação positiva de cerca de 2.598 mil euros e de 2.544 mil euros, respetivamente, em relação a 2013.

e) Balanço

- Em 2014, o ativo da APA, SA, ascendeu a 384.056 mil euros, o que compara com 384.405 mil euros apurados em 2013, resultante de uma diminuição de 7.244 mil euros no ativo não corrente, destacando-se a redução do valor dos ativos tangíveis em 5.265 mil euros e do acréscimo de 6.896 mil euros do ativo corrente devido, essencialmente ao aumento de 5.000 mil euros dos depósitos a prazo.
- Os capitais próprios são de 306.276 mil euros, o que representa uma variação positiva de 4.406 mil euros, em relação a 2013. Este aumento resulta essencialmente do resultado líquido gerado em 2014, no montante de 3.079 mil euros, e do efeito do recebimento de subsídios não reembolsáveis ao investimento;
- O passivo da APA, ascendeu a 77.780 mil euros, o que compara com 82.534 mil euros apurado em 2013, em resultado de uma diminuição de 6.142 mil euros no passivo não corrente, devido essencialmente aos rendimentos a reconhecer com origem nas concessões relevados em diferimentos (3.086 mil euros) e do



reembolso de empréstimos de 1.453 mil euros, e de um acréscimo de 1.388 mil euros do passivo corrente para o qual concorreu o aumento do saldo das dívidas a fornecedores, em cerca de 1.571 euros.

2. Avaliação do Cumprimento das Instruções Emanadas pelo Acionista

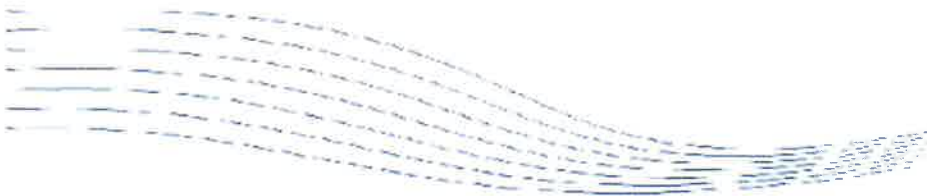
Da análise efetuada, no âmbito das orientações difundidas pela DGTF, em cumprimento das orientações legais, o Conselho Fiscal entende dever salientar o seguinte:

- A empresa, com um EBITDA positivo, não reduziu em 2014 o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2013, estando, contudo, tal situação prevista no Plano de Atividades e Orçamento 2014-2016, aprovado em Assembleia-Geral de 2 de junho. Tal facto decorreu da realização de uma dragagem de manutenção no montante de 2.468 mil euros, o que influenciou o objetivo inerente ao plano de redução de custos. Excluindo os gastos com a dragagem, a empresa reduziu, em 1,57%, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2013.

Verificou-se, por seu turno, uma redução nos gastos com o pessoal, com deslocações e estadas e com comunicações, de 2,3%, 6,3% e 2,5%, respetivamente.

Saliente-se que a empresa cumpriu os objetivos de gestão relacionados com a sustentabilidade (EBITDA), incremento do movimento portuário, melhoria da operacionalidade do acesso marítimo (GT médio) e formação dos colaboradores.

- No que se refere à gestão do risco financeiro, a empresa reduziu o seu passivo remunerado em 7,24%, cumprindo o limite de endividamento remunerado fixado em 4%, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º da LOE/2014;
- No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a 31 de dezembro de 2014, 78% das disponibilidades da APA estavam depositadas no IGCP, não tendo a empresa sido dispensada do seu cumprimento, em 2014, em



virtude da ausência de sancionamento previsto para o efeito no n.º 4 do artigo 123.º da LOE/2014;

- A 31 de dezembro de 2014, a APA não possuía faturas vencidas e não pagas há mais de 90 dias, tendo-se situado o prazo médio de pagamentos a fornecedores em 29 dias¹;
- Não foram atribuídos prémios de gestão aos membros dos órgãos sociais, em cumprimento do estatuído no artigo 41.º da LOE/2014; foi aplicada a redução remuneratória de 5%, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho; -foi dispensado o cumprimento da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 33.º da LOE/2014, a coberto da exceção prevista no n.º 13 do mesmo preceito, em virtude daquela medida conduzir a um decréscimo das receitas².
- A empresa não praticou quaisquer atos que consubstanciassem valorizações remuneratórias aos seus trabalhadores, não atribuiu cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento aos seus gestores nem reembolsou quaisquer despesas de representação;
- Em matéria de redução do número de efetivos, em 2014 verificou-se uma redução de 6,8%, em relação ao ano 2013, traduzida na saída de 7 trabalhadores efetivos.
- Devido ao incremento da atividade portuária da APA e da sua participada não foi possível reduzir o número de viaturas, dispondo a empresa, desde 2008, de 31 veículos. Não obstante, verificou-se uma redução de 3% nas despesas com a manutenção da frota automóvel por comparação com o ano de 2013.
- Em 2014, a APA não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros. Refira-se ainda que, enquanto entidade voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas, todas as aquisições da APA de valor superior a 5 mil euros são precedidas de consulta ao respetivo catálogo. Sublinhe-se ademais que todos

¹ Foram excluídas do cálculo do PMP duas faturas datadas de dezembro de 2014, cujo pagamento foi efetuado em janeiro de 2015.

² Despachos de S.E. o Secretário de Estado da Administração Pública, de 5 de junho de 2013, e de S.E. o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 7 de junho de 2013.

02
47



os ajustes diretos são publicitados no portal das Compras Públicas, em cumprimento do disposto no artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Governo Societário e Avaliação de Desempenho

Em conformidade com o disposto no artigo 54.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a APA apresentou o Relatório do Governo Societário relativo ao ano 2014, em conformidade com o modelo definido pela DGTF para o efeito, contendo informação atual e completa, bem como as declarações de independência dos membros do Conselho de Administração.

Relativamente à prestação de informação ao público em geral legalmente exigida, verifica-se que a mesma é disponibilizada pela APA no seu site: www.portodeaveiro.pt

Em 2014, não foram contratualizados objetivos com os membros do Conselho de Administração, mas, ainda assim, os resultados alcançados pela APA revelam um desempenho globalmente positivo.

4. Conclusão

Os documentos de prestação de contas da APA foram auditados pelo -ROC que emitiu a Certificação Legal de Contas em 18 de maio de 2015, relativamente à qual o Conselho Fiscal expressa a sua concordância, nos termos do n.º 2 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, fazendo a mesma parte integrante deste Relatório.

Com efeito, a opinião do ROC expressa na Certificação Legal das Contas foi de que *"(...) as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal."*




Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal de Contas da APA, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- 5.1.** Seja aprovado o Relatório e Contas relativo a 2014, apresentado pelo Conselho de Administração da APA;
- 5.2.** Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, considerando a sua conformidade legal e estatutária, no sentido de o resultado líquido do exercício apurado no valor de 3.079.323,02 euros ser distribuído do seguinte modo:
- 10%, no montante de 307.932,30 euros para reservas legais, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da APA, SA, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações aprovadas em Assembleia-Geral, em 31 de março de 2008;
 - 764.617,70 euros para reservas não distribuíveis - concessões;
 - 185.721,42 euros para Ajustamentos em ativos financeiros – Lucros não atribuídos; e
 - O remanescente, no montante de 1.821.051,60 euros, para resultados transitados.

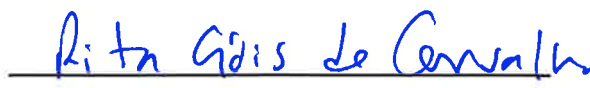
Lisboa, 18 de maio de 2015

A Presidente do Conselho Fiscal,


Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares

As Vogais do Conselho Fiscal,


Maria Gabriela Nunes Mendes Campos


Rita Maria Góis de Carvalho

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 384.056.314 euros e um total de capital próprio de 306.276.080 euros, incluindo um resultado líquido de 3.079.323 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

hm

as
47

~

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

18 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 385.516.379 euros e um total de capital próprio de 306.276.080 euros, o qual inclui um resultado líquido de 3.079.323 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

18 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 384.056.314 euros e um total de capital próprio de 306.276.080 euros, incluindo um resultado líquido de 3.079.323 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

18 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.